

abril, procedeu-se ao encerramento dos seguintes procedimentos concursais comuns na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado — Contrato de Trabalho em Funções Públicas tendo em vista o preenchimento de postos de trabalhos para a carreira/categoria de:

Técnico Superior — Relações Internacionais, inserido no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (Ref. a));

Técnico Superior — Gestão — Ramo Contabilidade, inserido na Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos (Ref. b));

Técnico Superior — Serviço Social, inserido na Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos (Ref. c));

publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 47 — 7 de março de 2017, sob o aviso n.º 2357/2017.

24 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eng. Manuel Valério*.

310955189

## MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS

### Edital n.º 966/2017

#### Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana de Torres Novas — centro histórico

Pedro Paulo Ramos Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas, faz público que sob proposta da Câmara Municipal, deliberada em 04 de dezembro de 2017, a Assembleia Municipal, na sua reunião extraordinária de 11 de dezembro de 2017 deliberou aprovar a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana de Torres Novas — centro histórico, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com alterações, conjugado com a alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Mais faz público que os elementos que integram o ato de aprovação da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana de Torres Novas — centro histórico, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º do Regime de Jurídico de Reabilitação Urbana e previstos no artigo 16.º do mesmo diploma, poderão ser consultados na Internet, no sítio institucional do Município, em <http://www.cm-torresnovas.pt> ena Câmara Municipal de Torres Novas na Divisão de Administração Urbanística, no Atendimento destes serviços — nos Paços do Concelho, nos dias úteis, no período das 8.30h às 16.30h.

11 de dezembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Pedro Paulo Ramos Ferreira*.

310987784

## MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO

### Aviso n.º 15204/2017

#### Aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Figueira

Adelino Augusto da Rocha Soares, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Bispo, faz público que foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Figueira, por deliberação da Assembleia Municipal de Vila do Bispo, na sessão extraordinária no dia 22 de novembro de 2017, sob a proposta aprovada pela da Câmara Municipal de Vila do Bispo, na reunião ordinária realizada em 8 de setembro de 2017, em conformidade com o previsto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, a qual passa a ser designada como ARU da Figueira.

Mais se faz público que a delimitação da ARU da Figueira, se encontra disponível para consulta na página oficial [www.cm-viladobispo.pt](http://www.cm-viladobispo.pt).

27 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Adelino Augusto da Rocha Soares*.

310956955

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

### Regulamento n.º 624/2017

#### Regulamento do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno no Município de Vila Nova de Gaia

Eduardo Vítor Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, torna público, ao abrigo da competência que lhe confere a alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que a Câmara Municipal, em reunião pública realizada no dia 17 de julho de 2017, e a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, em reunião extraordinária de 16 de novembro de 2017, deliberaram aprovar, após consulta pública, o Regulamento do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno no Município de Vila Nova de Gaia, que se publica, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, o qual entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*, sem prejuízo de tal publicação ser igualmente feita no Boletim Municipal e na Internet no sítio institucional do Município.

27 de novembro de 2017. — O Presidente da Câmara, *Eduardo Vítor Rodrigues*.

### Preâmbulo

A regulamentação do acesso, exercício e fiscalização pela Câmara Municipal da atividade de guarda-noturno no Município de Vila Nova de Gaia, à semelhança de outras atividades anteriormente cometidas aos governos civis, consta atualmente do Regulamento do Licenciamento Municipal de Atividades Diversas, aprovado nos termos do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 156/2004, de 30 de junho, 9/2007, de 17 de janeiro, 114/2008, de 1 de julho, 48/2011, de 1 de abril, e 204/2012, de 29 de agosto.

Este Regulamento carece, entretanto, de revisão, em face das alterações legislativas operadas recentemente na matéria que constitui o seu objeto, por diversos diplomas, nomeadamente, pela Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto, que aprovou um novo regime jurídico para a atividade de guarda-noturno, autonomizando-o, neste caso, do conjunto das atividades diversas disciplinadas pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro.

Em cumprimento do artigo 44.º da Lei n.º 105/2015, de 25 de agosto, segundo o qual os regulamentos municipais que regulam a atividade de guarda-noturno, deveriam ser adequados à presente lei, no prazo de 180 dias após a sua entrada em vigor, o presente regulamento, à semelhança do método adotado pelo legislador, adequa as normas vigentes ao novo regime legal mediante um normativo regulamentar específico e independente do Regulamento de Atividades Diversas.

De acordo com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município.

O projeto do presente Regulamento foi objeto de consulta pública nos termos e para os efeitos do artigo 101.º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo.

Assim, ao abrigo do preceituado nos artigos 241.º da Constituição da República Portuguesa e 25.º, n.º 1, alínea g), do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia aprova o seguinte regulamento:

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### SECÇÃO I

#### Objeto, âmbito e definições

##### Artigo 1.º

##### Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos dos artigos 112.º, n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, dos artigos 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico